

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA EM BACHARELADO

**MULHERES PREFEITAS E EDUCAÇÃO INFANTIL
UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

DANIEL VASCONCELLOS ARCHER DUQUE
Matricula nº: 111012972

ORIENTADOR: Prof. PhD. Marcelo de Paula Paixão

Janeiro 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA EM BACHARELADO

**MULHERES PREFEITAS E EDUCAÇÃO INFANTIL
UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA PARA OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

DANIEL VASCONCELLOS ARCHER DUQUE

Matricula nº: 111012972

ORIENTADOR: Prof. PhD. Marcelo de Paula Paixão

Janeiro 2017

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

Resumo

Esse trabalho busca investigar o impacto da eleição de prefeitas mulheres sobre o número de creches de um município. É empregado o método de Regression Discontinuity Design usando dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições municipais de 2004 e 2008 e, buscando avaliar o log do número de creches nos municípios por crianças de 0 a 5 anos ao final de cada mandato, é utilizado o Censo Escolar, feito pelo INEP. Os resultados indicam que em municípios onde uma mulher ganha as eleições não tem um aumento significativo do número de creches por crianças no município, com um p-valor de 0,145 para uma margem de vitória das mulheres de 1%, e de 0,118 para uma margem de 0,75%, valores pouco maiores do que os admitidos para rejeitar a hipótese de igualdade entre prefeitos homens e mulheres quanto a essa variável.

Palavra-chave: Mulheres; Prefeitas; Ensino Infantil; Creches; Feminismo; Voto

Abstract

This paper seeks to investigate the impact of the election of a mayor of the female gender on the number of pre schools in a municipality. It's used the Regression Discontinuity Design method using data from Superior Electoral Court for the municipal elections of 2004 and 2008 and, in order to evaluate the neperian log of the number of pre schools in the municipalities for children from 0 to 5 years old at the end of each term, it's used the School Census, available by INEP. The results indicate that in municipalities where a woman wins the election there's no significant increase in the number of pre schools, with a p-value of 0.145 for a margin of victory of women of 1%, and of 0.118 for a margin of 0.075%, values slightly higher than those admitted to reject the hypothesis of equality between male and female regarding this variable.

Key words: Women; Mayors; Child Education; Pre schools; Feminism; Vote

Agradecimentos

Antes de continuar, gostaria de agradecer à minha avó Vilma Brito, por ter me marcado para sempre, apesar do pouco tempo que me foi permitido estar contigo. Sua presença está tanto em minhas parcas memórias, mas também no meu espírito.

Novamente, meu rico desenvolvimento durante a infância não teria sido possível sem a constante presença de minha família. Minha mãe, Daniella Maria de Vasconcellos Brito, esteve sempre lá para me ensinar alguns dos mais sábios valores que tiraria para a vida, e meu pai, Marcelo Archer Duque, esteve sempre lá para garantir que nada faltasse a nós, nem nos momentos de maior dificuldade. Já meus avós estiveram sempre lá para apoiar meus pais quando eles precisaram - que não foram poucas vezes.

Agradeço ao meu avô Alfredo Vasconcellos (“Vô ti”), por ter sido quase um segundo pai para mim nos meus primeiros anos de vida, cujas piadas e os ensinamentos me marcaram de forma absolutamente permanente. Agradeço também ao meu avô Renato Duque, sem o qual não teriam sido possíveis tantas risadas e conversas com tantos membros de minha família.

E, sem dúvida, agradeço à minha avó Maria Argentina Archer, sem a qual eu não seria hoje quem eu sou. Quase toda minha vida pessoal hoje se deve a toda a atenção e cuidado que ela destinou a mim nesses últimos 23 anos de sua vida.

Aos dez anos, outra pessoa se tornaria parte fundamental de minha história. Diferente de minha irmã Mariana, cuja infância se confunde com a minha, André nasceu quando eu já não me sentia totalmente criança. Agradeço a ele por ter me concedido a incrível posição de irmão mais velho, que me permitiu ao mesmo tempo exercitar minha paternidade e manter até hoje meu lado mais infantil, no melhor sentido da palavra.

Foram muitos aos quais eu devo agradecer por ter passado a adolescência. Agradeço primeiro a meus amigos de colégio, que estão na minha vida até hoje, como João Pedro de Carvalho Ayres, Maria Rodrigues, Lui M.A.L, Thais Cordeiro, Erik Temporal, Isabela Azevedo, Alberto Neto, Gabriel Mascarenhas, Pedro Motta, Leonardo Rocha, entre tantos outros. Seja me oferecendo a casa para almoçar miojo, seja no terceiro vinho da noite, seja conversando sobre a teoria das cordas e viagens no tempo, seja montando duas, três, até quatro bandas comigo (essa eu devo a pelo menos três dos amigos citados), vocês todos fizeram dos meus anos de

adolescência os melhores que eu algum dia poderia esperar. Não há palavras para agradecer por tudo isso.

Agradeço também demais a António Emílio Leite Couto, que tive o mais absoluto prazer de conhecer, pouco depois de ter lido praticamente todos os seus livros e me encantado com sua prosa lírica. Suas palavras foram como uma fonte de inspiração para a minha alma.

Gostaria de agradecer também a dois professores do Ensino Médio, que tornaram a minha passagem por esse turbulento período muito mais tranquila. Agradeço especialmente a Adílio Jorge Marques, cujo puro desejo pelo conhecimento me foi muito compartilhado, e a Regina Carvalho, que sempre teve a paciência e disposição de ler e criticar construtivamente meus mais diversos escritos, fossem literários, políticos ou até informativos.

No Instituto de Economia da UFRJ, algumas pessoas foram essenciais para que eu pudesse desfrutar ao máximo do incrível período que foi a faculdade. Alguns, inclusive, passaram pela minha vida até bem pouco tempo, como os membros da então chapa Ágora, como Adriana Lopes, Beatriz Rosenburg, Igor Becker, Daniel Cabral, Luana Andrade, Michelle Malher, Paula Mora, Hiago Luiz e Yuri Colonezer. Agradeço a todos por toda animação nessa empreitada, que não poderia ter sido mais vitoriosa.

Outros amigos da faculdade estão comigo desde o início das minhas primeiras aulas. Entre eles, agradeço a Camilla Aguiar, pelas risadas, e André Faillace, pelas histórias. E, é claro, gostaria especialmente de agradecer a Clesio Lacerda, provavelmente a pessoa mais simpática e extrovertida que já conheci. Esses últimos anos trabalhando e bebendo juntos tornaram desse bissau guineense extraordinário quase um segundo irmão para mim.

Não poderia deixar de falar da faculdade sem agradecer aos professores que tornaram possível minha chegada até aqui. Agradeço a João Mathias Cury, que compartilhou comigo horas das mais angustiadas conversas sobre os rumos da política brasileira, e me permitiu viajar a duas cidades incríveis graças a dois artigos que escrevemos juntos. Agradeço a Rudi Rocha, Valéria Pero, Silvia Possas e Margarida Gutierrez, por terem tido um impacto tão significativamente positivo na minha passagem pelo Instituto de Economia. Agradeço, por fim, a Marcelo Paixão, que me permitiu enveredar através do Laeser nesse espinhoso e instigante tema das desigualdades. Não há dúvida de que não teria chegado aqui sem sua inspiração.

Não é possível dizer que agradei a todos que mereciam. Muitos legitimamente reclamarão de não ter recebido um espaço nessas já longas páginas. Para alguns, me desculpo

pela falta de memória - ela me falha nos momentos em que mais preciso delas. Para outros, que eu sei que saberão se reconhecer, afirmo que não é possível expressar nos agradecimentos de uma monografia, o quão grato eu sou por você ter passado pela minha vida.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
I - Teorias da desigualdade de gênero.....	12
I.I - A abordagem teórica econômica.....	14
I.II - As desigualdades de gênero no mercado de trabalho.....	15
II - A representatividade feminina na política brasileira.....	20
II.I - Um breve histórico das demandas feministas pró representatividade.....	21
II.II - A representatividade feminina no sistema político brasileiro atual.....	24
III- A importância da educação infantil no desenvolvimento social e econômico....	28
III.I - Os impactos da educação infantil no desenvolvimento cognitivo da criança.....	30
III.II - Os impactos da educação infantil na sociedade.....	31
IV- Uma estratégia de mensuração do efeito de mulheres prefeitas sobre creches.	33
IV.I – Metodologia.....	33
IV.II – Dados.....	35
IV.III – Resultados.....	35
Conclusão.....	39
Referências Bibliográficas.....	40

Introdução

“Para usar da franqueza, tudo pelo interior está desorganizado, e a culpa não é delas. Ninguém tem o direito de julgá-las incapazes. Podem fazer as promessas mais elásticas. A verdade é que as nossas matutas estão muito mais preparadas que os matutos. Até a idade de 12 anos, vão à escola, enquanto os meninos arrastam a enxada ou se exercitam, em calçadas ou em bilhares de ponta de rua, para uma vida fácil de malandros”.

- Graciliano Ramos

Com essas palavras, junto a outros escritos compilados na obra *Garranchos*, o escritor Graciliano Ramos comenta o dia da primeira vitória de uma longa jornada do feminismo no Brasil - o sufrágio feminino. No dia 24/02/1932, as mulheres brasileiras tiveram finalmente seu direito de ir às urnas assegurado por todo o país, após lutas de diferentes frentes desde o século XIX. Desde então, apesar de duas interrupções do processo democrático, as mulheres puderam gozar dos mesmos direitos políticos dos homens.

Os direitos políticos, segundo Carvalho (2001), foram os primeiros a tomar a dianteira no Brasil a partir já desde independência. Com caráter progressista no contexto da primeira metade do século XIX, a Constituição de 1824 excluía apenas a população escrava e feminina do voto: estavam aptos a votar e serem votados quaisquer homens de 25 anos com uma renda mínima de 100 mil-réis.

Após grave recuo dos direitos políticos em 1881, com a extinção do voto dos analfabetos - que correspondiam a 85% da população brasileira -, pôde-se observar expansão efetiva dos direitos políticos em outros três eventos: a abolição da escravidão, com a Lei Áurea de 1888, a introdução do voto feminino, com a eleição dos deputados constituintes de 1933, e finalmente a volta do voto dos analfabetos, mais de um século depois, na Constituição de 1988.

A partir da chamada Constituição Cidadã, todas as mulheres maiores de 18 anos tinham a plenitude de seus direitos políticos, podendo votar e se eleger sob as mesmas regras dos homens. Segundo Miguel e Biroli (2014), sob tal vitória havia a ideia de que através do voto seria possível que o espaço político se abrisse para as mulheres e suas demandas.

No entanto, apesar de gozarem de amplos direitos políticos, a trajetória da representatividade das mulheres na política tem sido dúbia e controversa. Segundo os dados do

Inter-Parliamentary Union, em 2016 apenas 9,9% dos assentos da Câmara dos Deputados brasileira era ocupado por mulheres, colocando o país na 153ª colocação de 185 países, frente a uma colocação de 71º lugar de 107 países em 1997, quando 6,6% das cadeiras da casa eram ocupadas por mulheres.

No Brasil, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (doravante PNAD) de 2014, das 79 milhões de mulheres maiores de 16 anos residindo no país, havia quase 20 milhões com filhos e que vivam sem cônjuges. Destas, mais de 15 milhões (79%) eram chefes de família, 8,56 (45%) milhões trabalhavam na semana de referência, e mais de 17,2 milhões (87%) dedicavam em média 24 horas por semana (quase 6 horas por dia) em atividades domésticas.

Mesmo quando analisamos mulheres com filhos vivendo com cônjuges, ainda assim mostra-se uma situação desfavorável. Destas, 95% dedicavam em média 29 horas por semana (quase seis horas por dia). Quando comparamos com mulheres sem filhos, observa-se que das que vivem com cônjuge, 94% dedicavam 22 horas da semana (pouco mais de 4 horas por dia), enquanto das que viviam sem cônjuges, 76% dedicavam em média 16 horas por semana (pouco mais de 3 horas por dia).

Portanto, percebe-se que mulheres com filhos, devido principalmente à configuração social na qual estas têm o papel de assumir o cuidado das crianças da casa, gastam mais tempo com as tarefas domésticas. Estas são, portanto, as principais beneficiárias de creches públicas e pré escolas, que podem reduzir as horas necessárias para se dedicar aos filhos, permitindo-as explorar mais oportunidades no mercado de trabalho, garantindo sua autonomia.

Dessa mesma forma, são estudados comportamentos políticos femininos que diferem do masculino. Há uma extensa literatura buscando identificar diferentes preferências políticas entre homens e mulheres e o impacto da identidade política feminina na adoção de políticas públicas. Croson e Gneezy (2009) mostram que homens e mulheres diferem em preferências sociais, enquanto Eckel and Grossman (2008), em um estudo utilizado três tipos de jogos econômicos, afirmam que mulheres tendem a tomar decisões políticas mais altruístas que homens. Andreoni e Vesterlund (2001), Selten e Ockenfels (1998) e Alesina e Giuliano (2011) encontram evidências de que mulheres são mais pró redistribuição do que homens, mesmo quando se controla preferência política.

Nesse contexto, o presente estudo busca analisar essa questão: é possível identificar uma eventual mudança na provisão de um bem público entre homens e mulheres na prefeitura? No caso, será analisado a diferença o comportamento político para a construção líquida do número de creches entre prefeitos do sexo masculino e do sexo feminino.

O impacto positivo da pré-escola nas habilidades cognitivas das crianças já foi objeto de estudo de alguns artigos (Correa, Comim., & Tai, 2014). Outros estudos, por sua vez, apontam um impacto positivo de um ano a mais na pré-escola sobre os resultados no ensino primário (Berlinski, Galiani, & Gertler, 2006). Em geral a literatura endossa a tese de que a educação pré-escolar tem uma função importante no desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças, cabendo uma investigação sobre os determinantes da provisão desse bem público. Um fator adicional para a importância de estudar tal bem público é a possibilidade de, a partir da possibilidade de matricular os filhos em uma creche, as mães possam vender sua força de trabalho, aumentando a renda per capita do domicílio.

As eleições municipais fornecem, nesse sentido, um experimento quase-natural. Isso ocorre pois é possível comparar municípios onde as mulheres perderam com uma margem pequena para um candidato homem com aqueles nos quais elas ganharam com uma margem pequena, o que elimina, dessa maneira, problemas de endogeneidade, segundo Petterson-Lidbom (2008).

Para o teste empírico, foram utilizados dados das eleições de 2004 e 2008, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para as variáveis de outcomes educacionais, foram utilizados os dados do Censo Escolar dos anos de 2008 e 2012. Os dados populacionais dos municípios foram extraídos das projeções censitárias do IBGE, disponibilizadas pelo Datasus.

A metodologia utilizada foi uma o método Regression Discontinuity Design, uma abordagem quasi-experimental comumente utilizada para identificar possíveis efeitos causais. A variável que estabelece o ponto de corte com que haja uma descontinuidade na variável de interesse na trajetória da variável de interesse é a eleição de uma prefeita mulher em uma eleição com margem estreita de vitória. Com isso, assumindo que as diferenças entre candidatas que venceram por pouco e candidatos que perderam por pouco são aleatórias, é possível identificar se tais políticas têm comportamento distinto enquanto se encontram no cargo para o qual se

elegeram. Nesse trabalho, a variável independente será o log do número de creches per capita dos municípios, e a variação percentual de municípios.

Os resultados foram, como de acordo com a literatura, pouco conclusivos, principalmente devido ao pequeno número de observações da amostra. Para uma margem de vitória de 1% de candidatas, com 68 observações, foi possível ver um efeito positivo de 3,5 pontos de log das creches per capita, no entanto, com um valor-p de 0,145, de modo que não podemos rejeitar a hipótese de igualdade de comportamento dessa variável para prefeitos homens e mulheres aos níveis de significância usuais.

No entanto, para uma margem de vitória menor, de 0,75%, também com 68 observações, o efeito positivo sobe para 4,7 pontos de log, e a p-valor se reduz a 0,118. Esse aumento do efeito e da significância do resultado sugere uma contra intuitiva endogeneidade reversa (população votando em candidatas mulheres esperando menos creches). Porém, ao se reduzir ainda mais a margem, tanto o coeficiente se reduz quanto o erro padrão aumenta, provavelmente pela drástica redução de observações.

Esse trabalho se coloca como um subsídio ao debate sobre representação feminina na política, ao colocar em questão a “política de presença” (Phillips, 1998), em que os espaços de representação da sociedade não são capazes no modelo atual de representar adequadamente os grupos marginalizados, especialmente as mulheres. Ao mesmo tempo, essa monografia também se coloca como subsídio para o debate do “essencialismo” ligado à defesa da representação feminina na política (Stone, 2004), no qual fica implícito que mulheres em média terão comportamentos políticos diversos dos homens. Esse trabalho também pode reforçar a teoria do eleitor mediano, descrita por Downs (1957), na qual políticos eleitos fazem escolhas de alocação de recursos públicos de acordo com as preferências da maior faixa possível de eleitores.

I- Teorias da desigualdade de gênero

Na maior parte da história de grande parte dos povos - senão em toda -, observou-se desigualdades sociais entre homens e mulheres, seja nas relações econômicas ou políticas (Miguel e Biroli, 2014). Essas desigualdades persistem e, segundo o Índice Global de Desigualdade de Gênero (World Economic Forum, 2015), se a redução destas continuar no ritmo atual, poderá ser observada equidade entre homens e mulheres apenas em 2133, mais de um século após o ano deste trabalho.

No Brasil, isso não foi diferente e, em realidade, em poucas sociedades ocidentais atualmente pode se perceber uma maior estratificação social relacionada a gênero (Alves e Cavenaghi, 2013). O país, ainda segundo o mesmo índice, encontra-se na 85ª posição de 145 países em equidade de gênero, fora do top 10 da América Latina, e logo abaixo da Sri Lanka e do Vietnam.

Tabela 1: Nível e Ranking de Equidade de Gênero dos 80º a 90º colocado

Rank	País	Score
80	Honduras	0,688
81	República Tcheca	0,687
82	Georgia	0,687
83	Vietnam	0,687
84	Sri Lanka	0,686
85	Brasil	0,686
86	República Dominicana	0,686

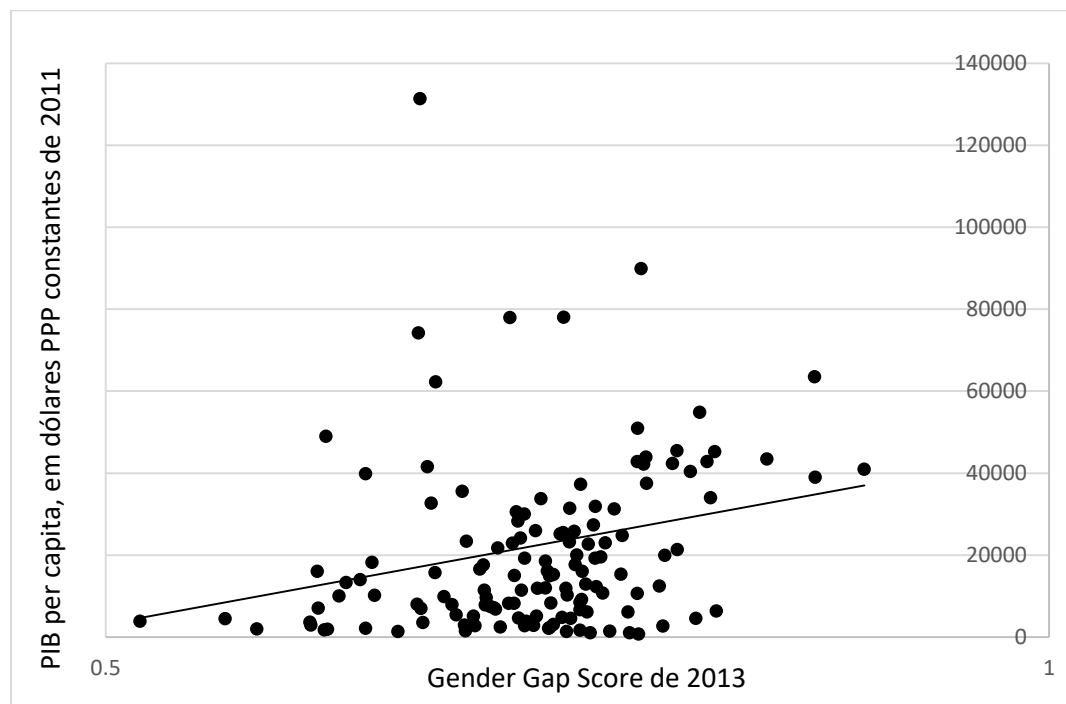
87	Grécia	0,685
----	--------	-------

Fonte: adaptação de World Economic Forum (2015); Elaboração do autor

É possível também analisar as relações entre desigualdade econômica e política de gênero com grau de desenvolvimento. No Gráfico 1, apresentado abaixo, percebe-se que há uma correlação positiva, porém fraca entre o PIB per Capita dos países (em 2015) e o Índice Global de Desigualdade de Gênero, sugerindo pouca influência do grau de desenvolvimento sobre a igualdade econômica de gênero e vice versa.

De fato, a literatura aponta esta última causalidade, na qual Klasen (1999) afirma que entre 0,4 e 0,9% da diferença das taxas de crescimento entre a Ásia do Leste e a África Subsaariana, e entre a Ásia do Sul e o Oriente Médio se dá devido à maior desigualdade educacional de gênero nessas últimas regiões. Já Ferrant (2011) aponta que 16% da diferença de renda de longo prazo das regiões do Leste e Sul da Ásia e do Pacífico podem ser explicadas pela desigualdade econômica de gênero (a partir do Gender Inequality Index). Desse modo, a agenda da desigualdade econômica de gênero é também uma agenda do desenvolvimento.

Gráfico 1: Índice Global de Desigualdade de Gênero e PIB per Capita em 2013



Fonte: World Economic Forum; Banco Mundial; Elaboração própria

Nesta seção, será apresentada a teoria econômica da discriminação e como ela explicaria parte das desigualdades de gênero, tanto econômicas quanto políticas. Em seguida, será feita uma breve revisão da literatura das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, com ainda apresentação de dados a evidenciar o papel subalterno relegado às mulheres.

II - A abordagem teórica econômica

As desigualdades de gênero são determinadas por uma série de vetores históricos, sociais e econômicos. Dentre estes, a discriminação se coloca como chave para compreender grande parte de tal iniquidade. Segundo Autor (2003), os modelos de discriminação podem ser divididos em dois tipos: os competitivos e os coletivos.

Os modelos competitivos tratam de indivíduos racionais maximizando suas utilidades, baseados principalmente em preferências por discriminar, segundo Becker (1957). Nesse modelo, não só empregadores estariam dispostos a pagar mais para contratar homens, mas também clientes no setor de serviços estariam dispostos a pagar mais por atendimento feito por homens. Isso se repete também, obviamente, na representatividade política, em que há uma preferência do eleitor por políticos do sexo masculino.

A discriminação em modelos competitivos, para além das preferências por discriminar, ainda contariam com um fator adicional, denominado como discriminação estatística, ou “profiling”. Segundo Blank et al. (2004), esse comportamento discriminatório estaria baseado em julgar indivíduos pelas regularidades estatísticas associadas às suas características pessoais, tais como cor/raça e gênero. Desse modo, empregadores discriminariam negativamente mulheres por maiores estatísticas destas em relação ao maior cuidado com os filhos (que compete com tempo de trabalho), e eleitores discriminariam positivamente homens por verem mais destes dentro da política, de modo a formar um pensamento de que política é algo ligado ao sexo masculino.

É importante salientar, no entanto, que não é apenas a discriminação eleitoral a produzir a desigualdade de gênero na participação política, mas também a discriminação dentro do sistema político, principalmente quanto aos partidos. A literatura recente aponta que há grandes diferenças de gênero no tratamento dos partidos políticos, especialmente no que se refere ao

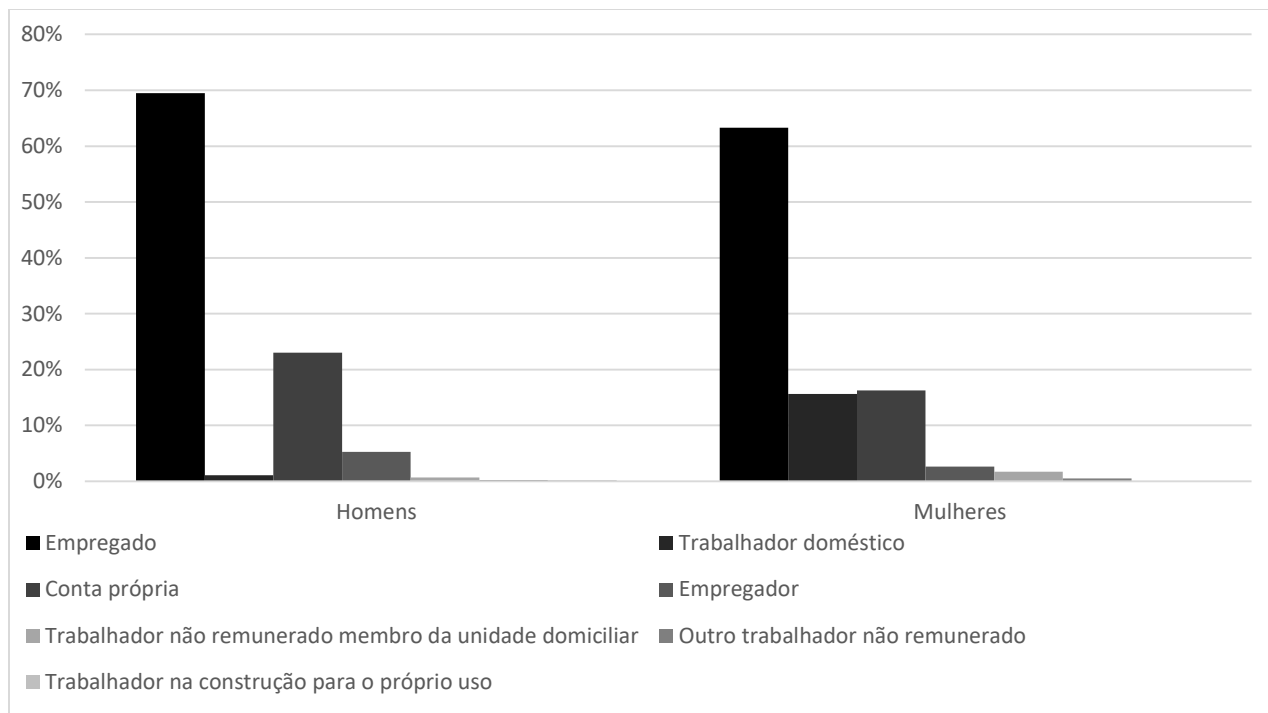
financiamento das candidaturas, o que gera um impacto negativo no desempenho eleitoral destas (Miguel e Biroli, 2009; Grossi e Miguel, 2001).

I.II - As desigualdades de gênero no mercado de trabalho

No Brasil, há vasta literatura buscando identificar e mensurar a discriminação de gênero no Brasil. Souza et al. (2013), com a decomposição Oaxaca-Blinder, mostram que, entre 2001 e 2011, foi a discriminação que explicou as desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Já segundo Cacciamali et al. (2009), tal discriminação foi mais persistente comparando homens brancos e outros grupos, principalmente no mercado de trabalho formal, ou seja, de maior qualidade.

Em relação às desigualdades econômicas de gênero, podemos citar tanto as desigualdades de emprego, quanto as de rendimento. Utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - a mais completa para o tema com regularidade anual - do ano de 2014, pode-se observar o papel subalterno das mulheres no mercado de trabalho. Como mostra o Gráfico 2 e 3, não só as mulheres têm uma maior taxa de desemprego em relação aos homens (8,9% para elas, frente a 5,9% para eles), mas também as posições que ocupam são mais socialmente desvalorizadas.

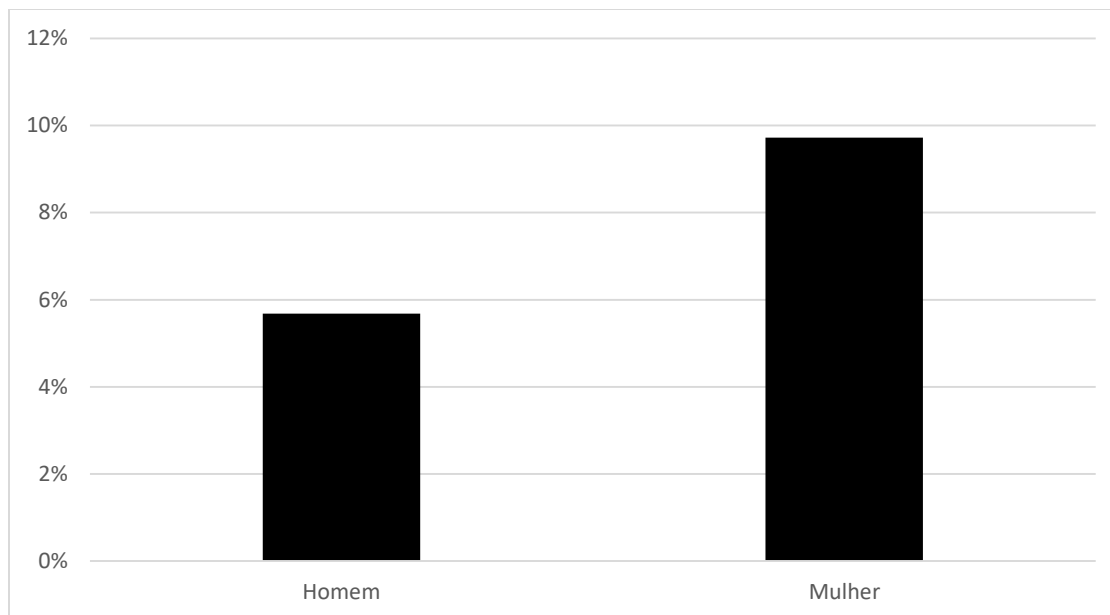
Gráfico 2: Composição da Ocupação por Gênero em 2014



Fonte: PNAD 2014

No Gráfico 2, estão as posições de ocupação por sexo. Enquanto entre os homens 69% são empregados, 23% trabalham por conta própria e 5,3% são empregadores, estas posições para as mulheres estão em 63,3%, 16,2% e 2,6%. Essa diferença, porém, é compensada por 15,6% das mulheres que são trabalhadoras domésticas, frente a 1,1% dos homens.

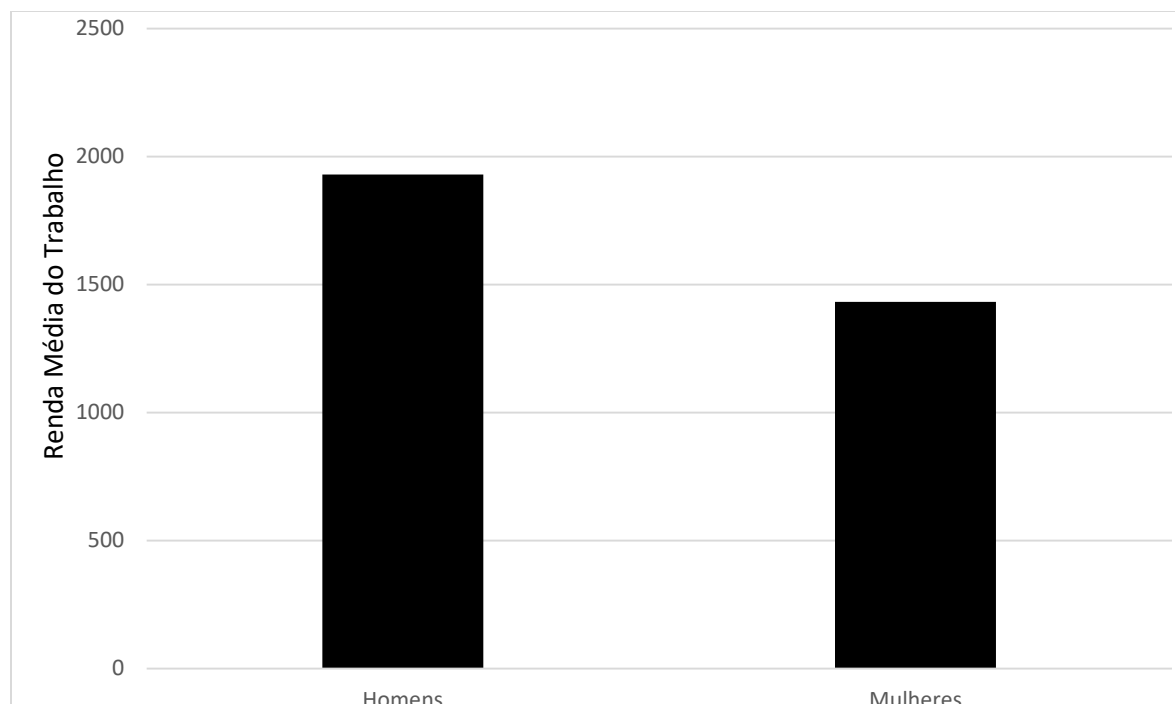
Gráfico 3: Taxa de Desemprego por Gênero em 2014



Fonte: PNAD 2014

Tal diferença na composição das ocupações dos homens e mulheres têm grande efeito tanto sobre o rendimento médio do trabalho de cada sexo, quanto também sobre sua distribuição. No Gráfico 4, mostra-se que o rendimento médio de todos os trabalhos dos homens, ainda segundo a PNAD 2014, é de R\$ 1929,00 por mês, quase 35% maior do que o das mulheres, de R\$ 1432,00.

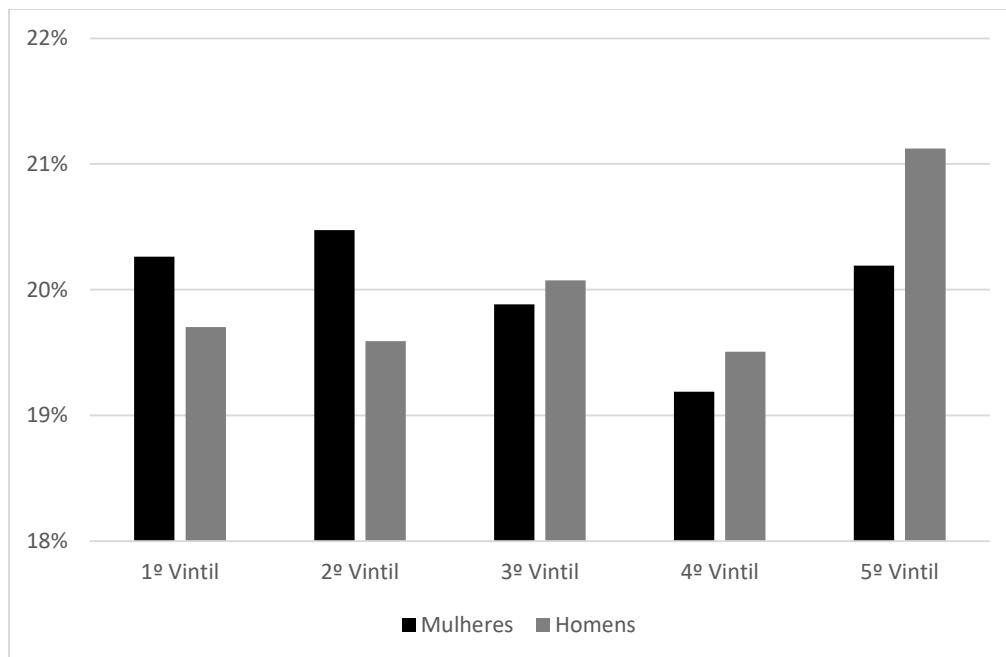
Gráfico 4: Renda Média de Todos os Trabalhos por Gênero (em R\$ de 2014)



Fonte: PNAD 2014

Pode também se analisar a distribuição de renda entre homens e mulheres. No Gráfico 5, explicita-se que, ao dividir a população total em 5 faixas de renda, da mais baixa à mais alta, entre as mulheres, 19,7% estão nesse vintil, em oposição a 20,3% ente os homens. Já na faixa de renda mais baixa, a relação se inverte e, entre as mulheres, 21,1% estão nessa faixa, enquanto apenas 20,2% dos homens se encontram nela.

Gráfico 5: Distribuição por Gênero de Vintis de Renda em 2014



Fonte: PNAD 2014

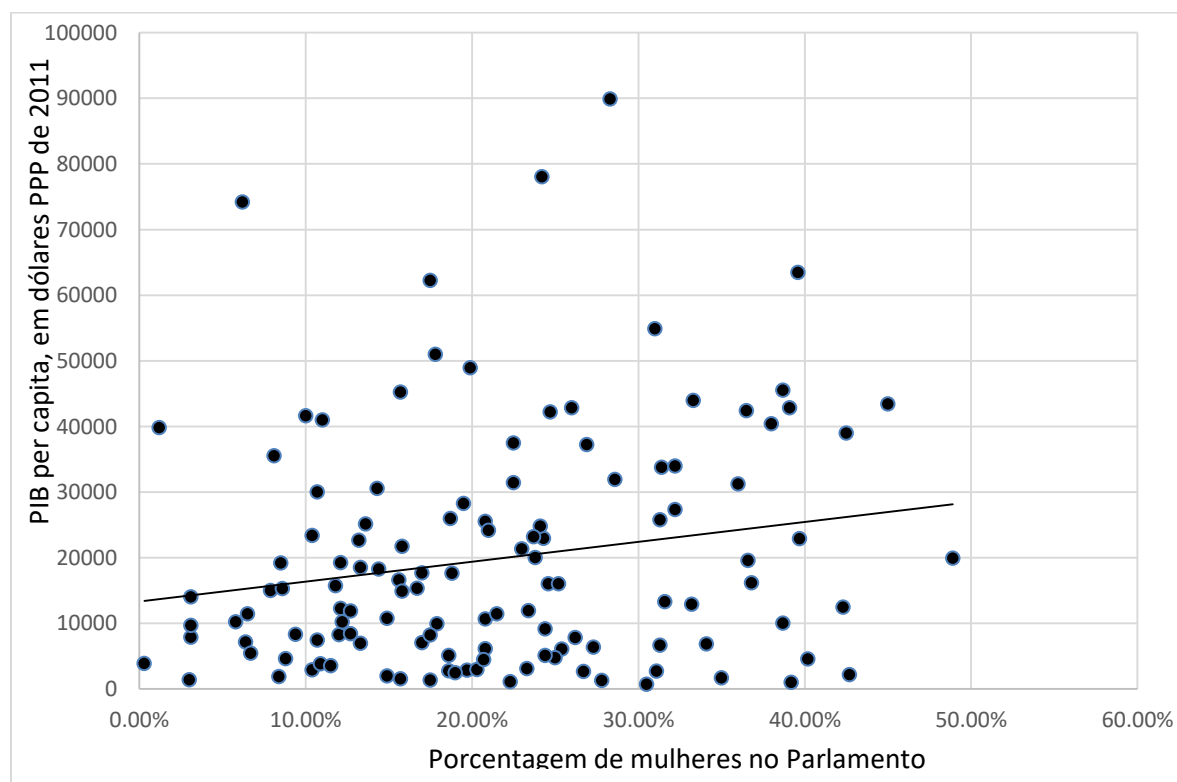
Nesta seção, foi apresentada a abordagem teórica econômica da discriminação, e como ela gera desigualdades de gênero na política e na economia, comprovada empiricamente na literatura brasileira sobre o tema, abordado com a decomposição Oaxaca-Blinder, que mostra que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho não são totalmente explicadas pelos fatores de escolaridade, idade ou ocupação.

II - A representatividade feminina na política brasileira

Se na economia há grande desigualdade de gênero a hierarquizar as relações sociais, não poderia ser diferente na política. Entre 185 países no mundo, apenas dois, Ruanda e Bolívia, têm entre os congressistas uma maioria feminina (Inter-Parliamentary Union, 2016). Em 171 destes, não chega a se observar 40% de mulheres nas cadeiras dos parlamentos.

Porém, diferentemente da desigualdade econômica, ao se observar a relação entre mulheres no parlamento e desenvolvimento econômico, os dados dificilmente sugerem qualquer correlação entre ambos, seja qual for a direção da causalidade. Como mostra o Gráfico 6, abaixo, apesar da inclinação positiva da linha de correlação, a grande dispersão entre as variáveis afasta maior possibilidade de sugestão de correlação.

Gráfico 6: Porcentagem de mulheres no Parlamento e PIB per Capita em 2013

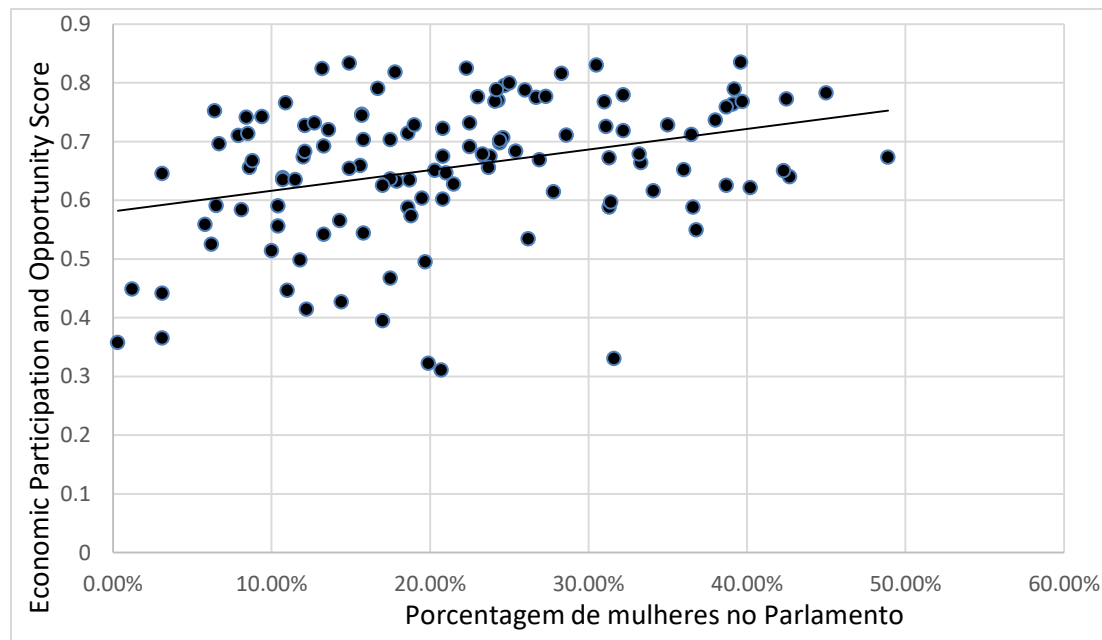


Fonte: International Parliamentary Union; Banco Mundial; Elaboração própria

No entanto, ao analisar a correlação entre mulheres no parlamento e outras variáveis de igualdade econômica de gênero, pode se observar uma grande correlação, como de se esperar. O

Gráfico 7, abaixo, sugere portanto ou que uma variável influencia as outras - mulheres no parlamento sobre desigualdade econômica, e/ou vice versa -, ou que há uma outra variável - digamos, machismo da população, a afetá-las da mesma forma.

Gráfico 7: Equidade de oportunidades econômicas e PIB per Capita em 2013



Fonte: Índice Global de Desigualdade de Gênero; Banco Mundial; Elaboração própria

Nesta seção será traçado um histórico da luta das mulheres pela representatividade política e social. Em seguida, são apresentadas as desigualdades políticas das mulheres no Brasil nas eleições a prefeito de 2008 e 2012, evidenciando ainda o longo caminho a ser trilhado para que as brasileiras possam estar equiparadas com os homens nas disputas eleitorais municipais.

II.I - Um breve histórico das demandas feministas pró representatividade

É possível encontrar referências de mulheres lutando pela representatividade na política desde longínquos tempos, com casos relatados ainda na Grécia Antiga (Biroli e Miguel, 2014). No entanto, foi a partir do século XVIII, com a ascensão dos ideais iluministas de igualdade jurídica universal, que as demandas de representatividade feminina começaram a ser sistematicamente defendidos.

Durante a Revolução Francesa, apesar dos citados ideais iluministas, as mulheres não foram contempladas politicamente, ainda que no aspecto legal todos os indivíduos fossem citados na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, promulgado em 1789 (Camara e Medeiros, 2014). Em resposta à ausência de inclusão feminina nas batalhas pela liberdade da revolução, Olympe de Gouges (1748-1793) escreveu sua própria “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, em 1791 (Campoi, 2011). Seu atrevimento, no entanto, lhe fez pagar com a própria vida: de Gouges seria guilhotinada dois anos mais tarde.

No Brasil, a luta pela representatividade de gênero das mulheres na política nacional começou ainda mesmo antes do início do período republicano, mas ainda na Monarquia. Dentre as figuras femininas a se destacar durante esse regime, não há dúvida de que Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida como Nísia Floresta, pode ser considerada a primeira grande protagonista dos ideais feministas no Brasil (Duarte, 2005).

Nísia Floresta nasceu em uma fazenda de uma pequena cidade do Rio Grande do Norte, no dia 12 de Outubro de 1810, doze anos antes da proclamação da independência do Brasil. Ao longo de sua vida, trabalhou como jornalista, escritora, diretora de uma escola feminina e ativista política. Em 1832, escreveu “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens”, considerado uma tradução livre da “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, adicionada de reflexões da própria Nísia. Já no período em que morou na Europa, tratando da emancipação feminina, publica o livro “Opúsculo Humanitário” (1853), que contaria com a aprovação do filósofo Augusto Comte (Campoi, 2011).

Ainda no século XIX, a dentista Isabel de Mattos Dillon, em 1880, evocou a Lei Saraiva – a permitir que detentores de títulos científicos pudessem votar –, para demandar seu alistamento eleitoral. Segundo Pinto (2003), a luta sistemática no meios institucionais das mulheres pelo voto começou, ainda que de modo insipiente, com a elaboração da Constituição de 1891, e, posteriormente, pelas sufragistas em meados de 1914, representando o que a autora cunhou de “feminismo bem comportado”, por ter sido encabeçado principalmente por mulheres de elite, que não identificavam ou denunciavam as opressões sobre as mulheres. No entanto, a autora destaca a grande importância que estas tiveram para a aprovação do voto feminino.

O primeiro estado a instituir o sufrágio para igualitário no Brasil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, foi o Rio Grande do Norte, com a Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927. Exatamente um mês depois de sua aprovação, alistou-se para votar Celina Guimarães Viana, a

primeira mulher eleitora do Brasil. Segundo Buarque e Vainsencher (2005), após receber o parecer jurídico favorável, Celina escreveu ao presidente do Senado Federal um pedido para que todas as mulheres tivessem o direito ao voto. No telegrama enviado, lia-se: “Peço nome mulher brasileira seja aprovado projeto institui voto feminino amparando seus direitos políticos reconhecidos Constituição Federal – Saudações Celina Guimarães Viana – Professora Escola Normal Mossoró”.

A primeira prefeita mulher eleita no Brasil foi Alzira Soriano de Souza, da cidade Lages, no Rio Grande do Norte. Sua eleição, em 1928, foi anterior ao sufrágio feminino nacional, promulgado na Constituição de 1932, e a primeira de uma mulher na América Latina. Alzira era viúva e mãe de três filhas, tendo desde os 22 anos ter de administrar a fazenda do falecido marido, em meio ao sertão nordestino. Conseguiu obter 60% dos votos em sua candidatura, tendo sua eleição virado notícia no *The New York Times*, na edição de setembro de 1928. Ficou no cargo até a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, tendo investido fortemente em estradas e iluminação pública (Villaméa, 2016).

No ano de 1986, duas mulheres assumiram cargos executivos pela primeira vez em uma capital e em um estado: Maria Luiza Fontenele, em Fortaleza, e Iolanda Fleming, no Acre. Enquanto esta primeira ascendeu ao poder via eleições, a segunda tornou-se governadora por ser vice governadora do então governador Nabor Júnior, que deixou o cargo para se eleger Senador naquele ano.

Em 1989, Luiza Erundina seria eleita a primeira mulher prefeita da maior cidade do Brasil, São Paulo. Pouco depois, Roseanna Sarney seria a primeira governadora eleita do país, em 1995. No ano de 2000, Marta Suplicy colocaria novamente uma mulher na prefeitura de São Paulo, e, em 2010, Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita Presidenta da República do Brasil.

Em meados da década de 70 do século XX, o eleitorado feminino representava apenas 35% do total, tendo, no entanto, passado para mais 50% no ano de 2006, tornando as mulheres hoje o gênero com maior representação eleitoral, segundo o TSE. Essa vitória não foi, como visto acima, sem a contínua luta das mulheres por esse ideal.

II.I - A representatividade feminina no sistema político brasileiro atual

Desde as primeiras eleições após a redemocratização em 1988, o Brasil tem presenciado um aumento, do número de prefeitas mulheres eleitas, como mostra a Tabela 2. Ainda que esses números caracterizem uma persistente sub-representação feminina, a quase duplicação da porcentagem de mulheres nas prefeituras permite ver com otimismo o aumento da representatividade feminina na política brasileira.

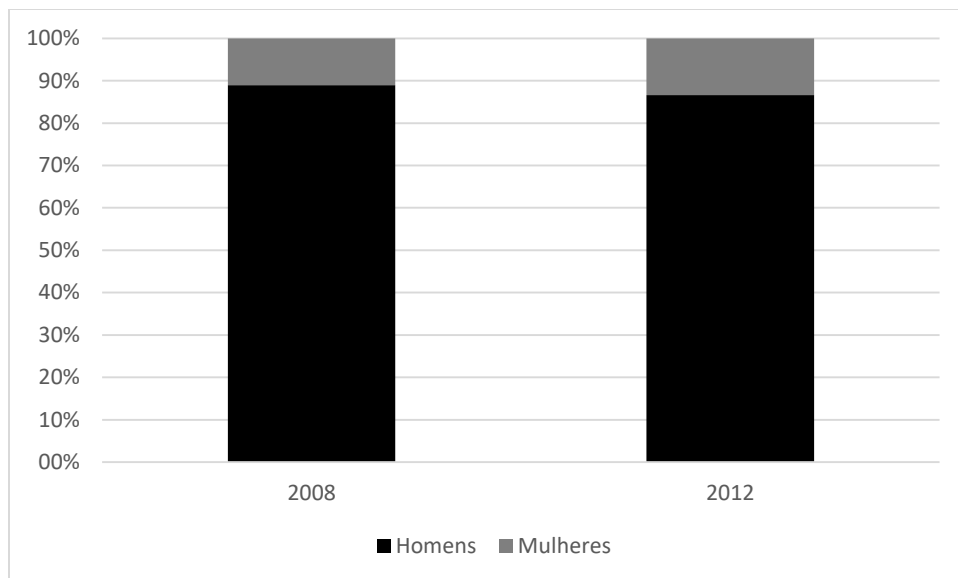
Tabela 2: Percentual de mulheres eleitas prefeitas por ano

Eleição	% Prefeitas mulheres
1992	3,4%
1996	5,5%
2000	5,7%
2004	7,3%
2008	9,1%
2012	12,1%

Fonte: TSE

O Tribunal Superior Eleitoral, ainda, disponibiliza dados desagregados das eleições de 2008 e 2012, com a informação do sexo de todos candidatos. Nele, é possível ver pouca mudança, ainda que em avanços lentos. Como mostra o Gráfico 8, a porcentagem de candidatas mulheres em 2008 era de apenas 11%, indo a 13,4% em 2012, um aumento expressivo para o diminuto período de quatro anos.

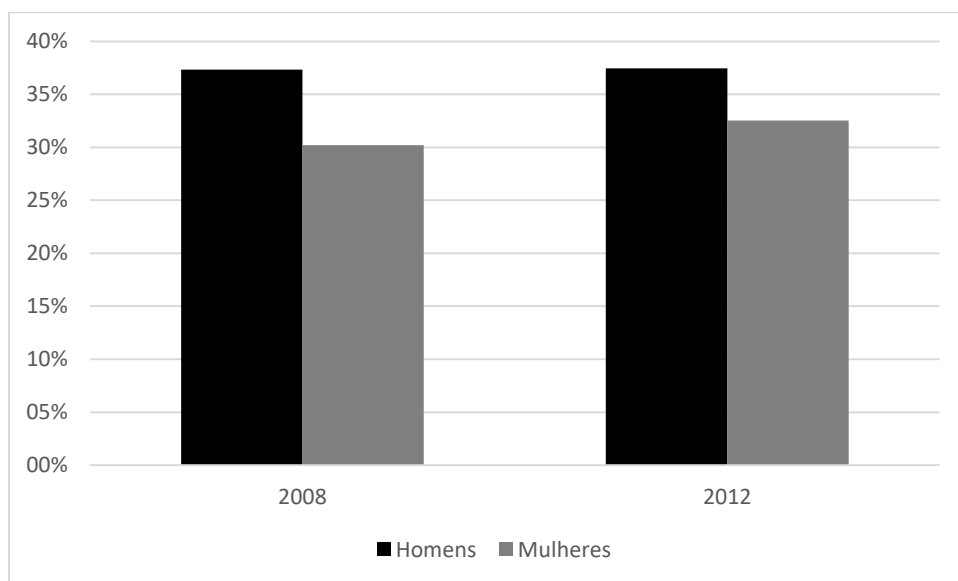
Gráfico 8: Participação dos gêneros nas eleições de 2008 e 2012



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

A taxa de eleição, calculada através da razão de prefeitos eleitos sobre candidatos, também aumentou para as mulheres - ainda que em menor escala, como mostra o Gráfico 9 -, indo de 30,2% e, 2008 a 32,5%, frente a 37,3% e 37,5% para os homens no mesmo período. Ao que os dados indicam, portanto, está de fato ocorrendo uma convergência em termos eleitorais entre os dois sexos, ainda que permaneçam grandes desigualdades.

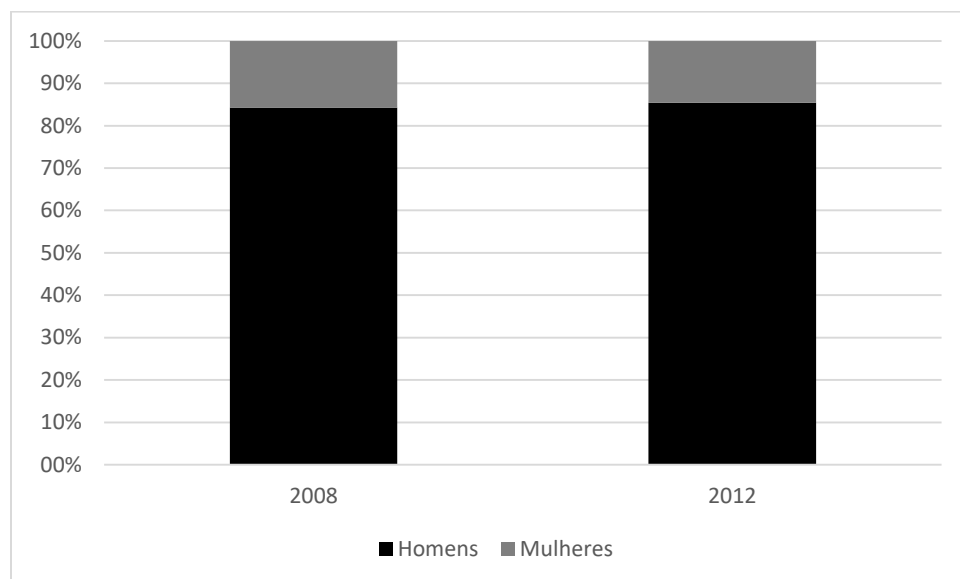
Gráfico 9: Taxa de Eleição nas eleições de 2008 e 2012



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Quando analisamos, porém, as prefeituras de capitais, com muito maior peso político, o cenário parece se tornar mais ambíguo. Como mostra o Gráfico 10, o percentual de candidatas do sexo feminino aumentou pouco expressivamente entre 2008 e 2012, passando de 14,5% para 15,2%, um crescimento de apenas 0,7% pontos percentuais no período.

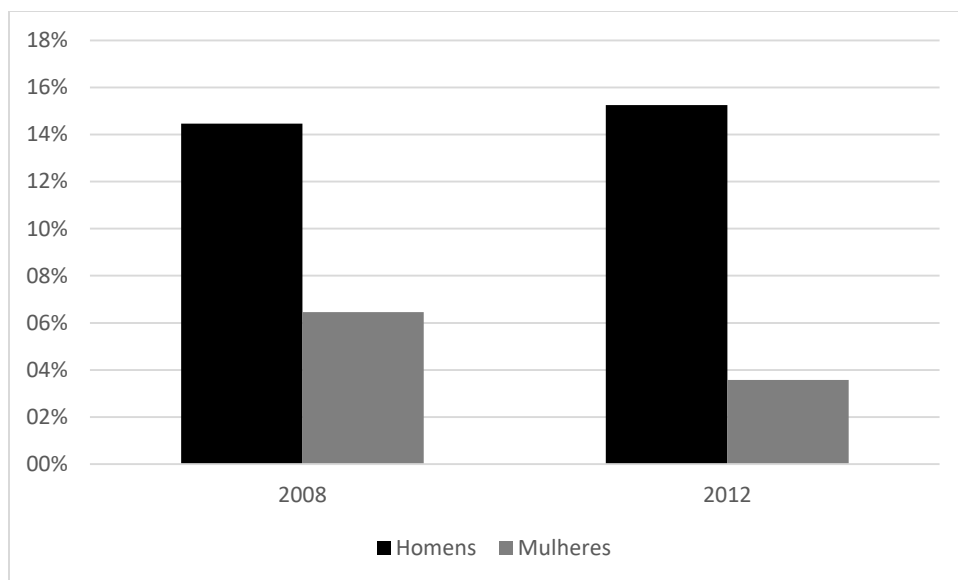
Gráfico 10: Participação dos gêneros nas eleições das capitais de 2008 e 2012



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Já a taxa de sucesso das mulheres nas capitais mostra uma leve piora entre os dois anos. Enquanto em 2008, duas de 26 prefeituras de capitais foram conquistadas por candidatas mulheres, esse número se reduziu a apenas uma em 2012. Nos maiores polos políticos, portanto, os homens ainda parecem ter dominância eleitoral, como mostra o Gráfico 11.

Gráfico 11: Taxa de Eleição nas eleições das capitais de 2008 e 2012



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

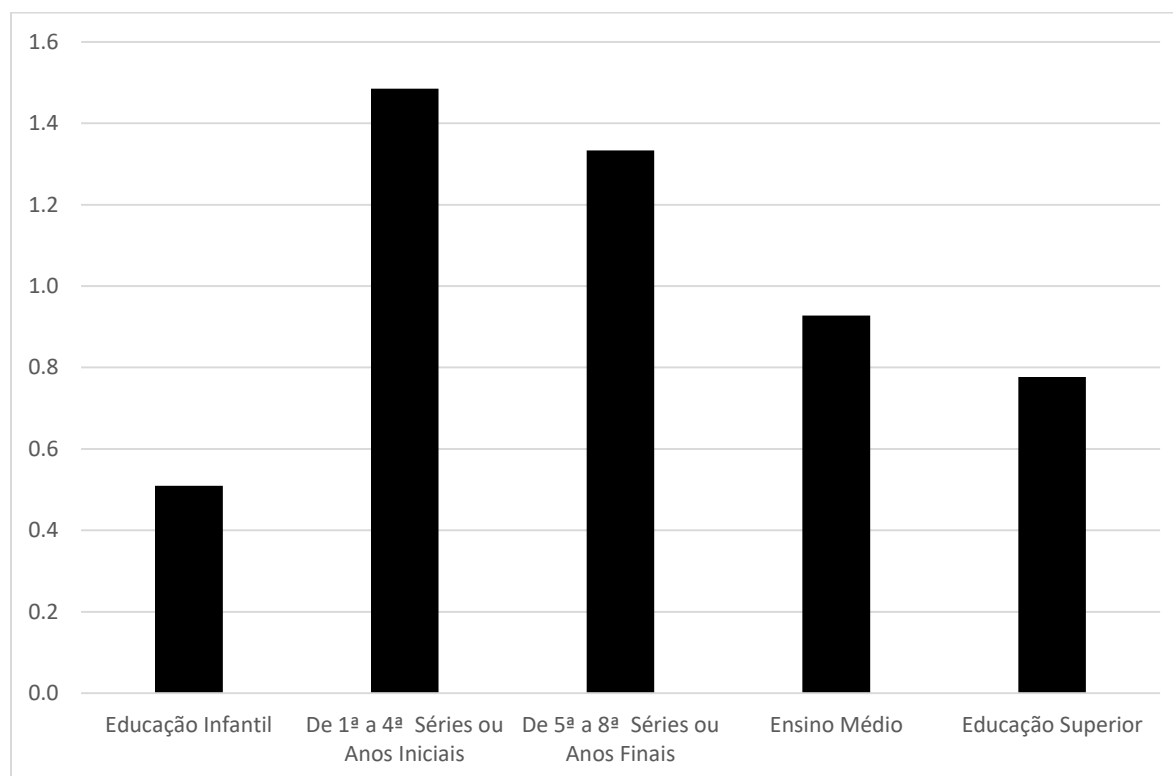
Nesta seção foi feito um breve histórico das demandas políticas da representatividade feminina no Brasil e no mundo, de Olympe na Revolução Francesa à Dilma Rousseff no Brasil. Em seguida, com os dados disponibilizados pelo TSE das eleições municipais de 2008 e 2012, foi possível ver que ainda há um longo caminho a trilhar no Brasil até que possamos ser um país politicamente equitativo para homens e mulheres.

III- A importância da educação infantil no desenvolvimento social e econômico

A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Segundo o Ministério da Educação, é oferecida em creches e pré escolas que constituem espaços educacionais não domésticos que cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade durante o dia. É reconhecida como um Direito Humano Universal, ou seja, todas as crianças têm o direito a acessá-las, caso seja requisitado.

No Brasil, no entanto, a educação infantil é o componente de menor investimento público direto sobre o PIB de todos os níveis de ensino em 2012, como mostra o Gráfico 12. Também não foi a área que registrou maior aumento de gastos, passando de 0,35% do PIB em 2004 para 0,5% em 2012, uma variação menor que a registrada no Ensino Médio e nos anos finais da Educação Fundamental.

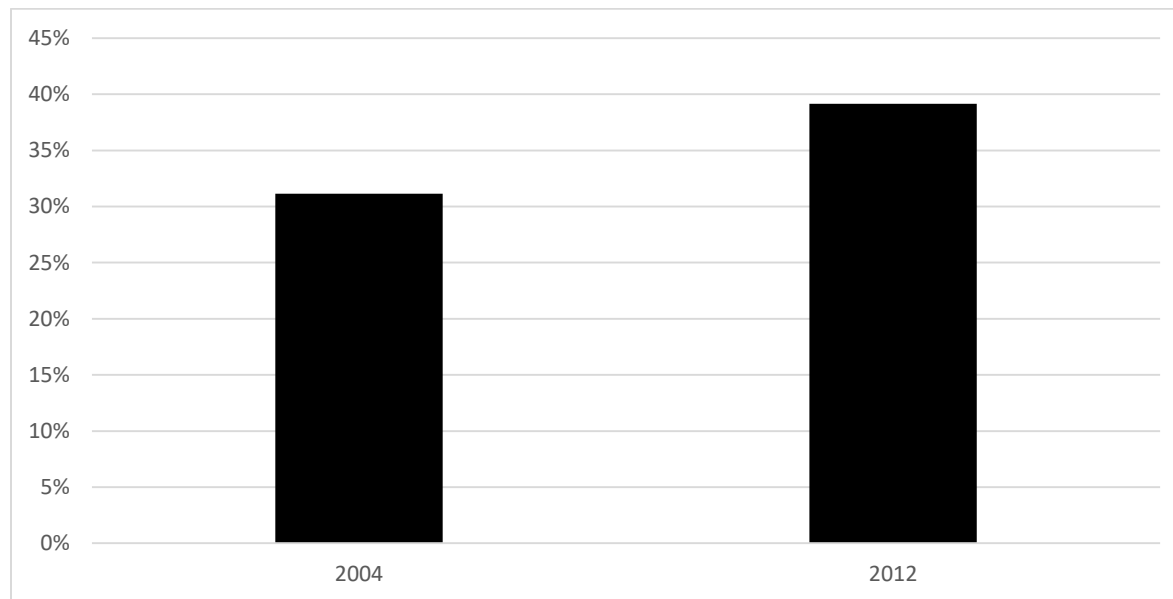
Gráfico 12: Investimento Direto Público por Nível de Ensino (em % do PIB)



Fonte: INEP

Esse crescimento do gasto em educação infantil representou um sensível aumento na frequência, porém aquém do necessário para a garantia do direito à creche e pré escola para todas as crianças. Em 2004, a porcentagem de crianças de 0 a 5 anos que frequentavam algum estabelecimento educacional era de 31,1%, tendo passado para 39,2% oito anos depois, em 2012, um aumento percentual anual médio de apenas cerca de 1%, como mostra o Gráfico 13.

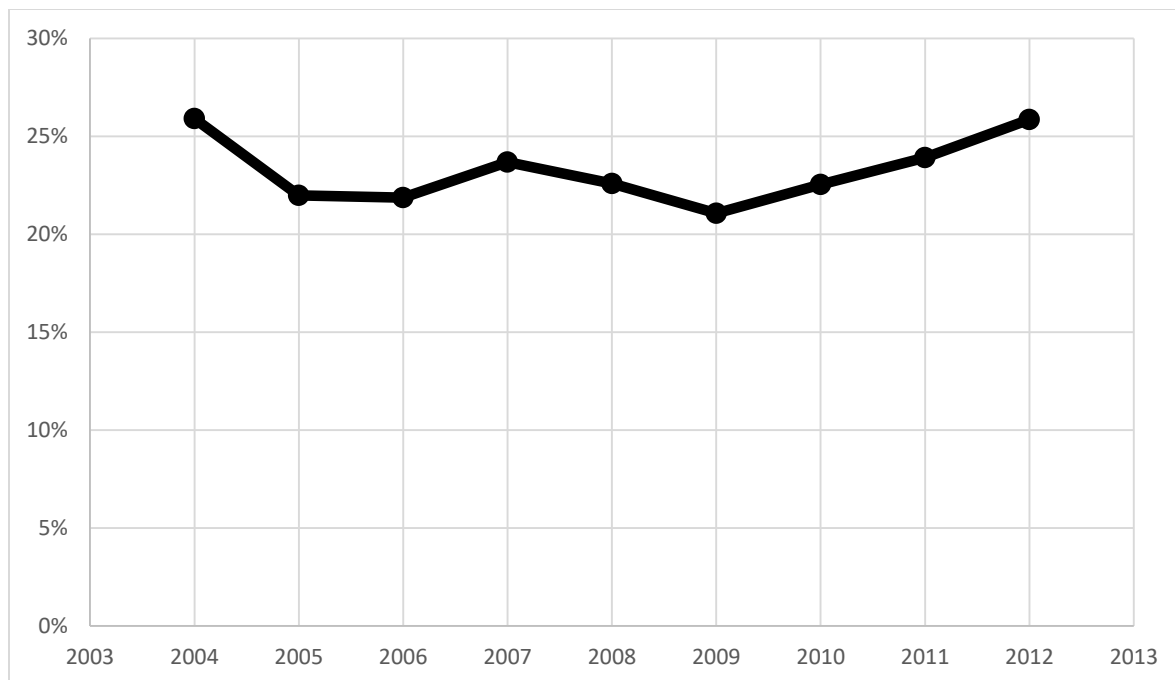
Gráfico 13: Taxa de Atendimento às crianças de 0 a 5 anos entre 2004 e 2011



Fonte: INEP

Já o investimento direto por aluno teve trajetória menos promissora, tendo crescido menos do que 48%, uma variação menor do que a do PIB per Capita no período. Desse modo, o investimento por ano/PIB per Capita passou de 25,9% em 2004 para 25,85% em 2012, uma estagnação com viés negativo, como mostra o Gráfico 14.

Gráfico 14: Investimento Direto Público por aluno no Ensino Infantil sobre o PIB per Capita



Fonte: INEP; IBGE; Elaboração própria

É preciso se perguntar, portanto, o que ganha o país ao investir na educação infantil. Nesta seção, será apresentada a farta literatura econômica de que tais investimentos são extremamente eficazes não só a nível individual, mas também e principalmente social.

III.I - Os impactos da educação infantil no desenvolvimento cognitivo da criança

A educação infantil, isto é, aquela anterior à alfabetização, de 0 a 5 anos, é reconhecida pela literatura como a mais determinante para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Heckman et al. (2005) afirma que investimentos realizados na primeira infância induzem um aumento na eficácia dos investimentos nos anos seguintes. Portanto, ao se dar maior atenção ao desenvolvimento da criança nos seus primeiros anos, maior será a sua capacidade de aproveitar as oportunidades no futuro, com menor custo envolvido.

Investimentos na primeira infância tendem a ser extremamente eficazes, uma vez que o cérebro das crianças, ainda em desenvolvimento, tem altíssima capacidade de absorção e resposta aos estímulos, tornando seus efeitos extremamente duradouros. Becker (1975) também

ressalta que, uma vez sendo a vida finita, quanto mais cedo forem realizados os investimentos em capital humano, por mais tempo seus efeitos serão usufruídos pelas pessoas.

Na literatura internacional, Araujo et al. (2009) mostra em pesquisas documentando o desenvolvimento cognitivo em uma amostra de crianças nos Estados Unidos, nas quais é mostrado que crianças com mães de diferentes níveis educacionais não apresentam diferenças cognitivas ao nascer, mas que começa a surgir depois dos cinco anos de vida. Já Cunha et al. (2005) faz uma síntese de uma série de estudos sobre intervenções educacionais, todos mostrando resultados positivos ao longo dos anos. Neste trabalho, mostra-se que crianças em baixas condições sócio econômicas, ao passar por atividades pré escolares, apresentam indicadores de bem estar no futuro superiores às que também tinham baixa condição socioeconômica, mas que não passaram por essas atividades.

Estes resultados apontados convergem com outros tantos trabalhos recentes da literatura, não apenas econômica, mas também de outras áreas, como na medicina e ciências sociais. Bons exemplos estão nos estudos de Campbell et al (2014), Gertler et al. (2014), e Muschkin et al. (2015).

Na literatura brasileira, ainda há escassez de estudos sobre os impactos econômicos da educação infantil. Porém, Pinto, Santos e Souza (2011) faz um estudo sobre os resultados educacionais futuros de acordo com a frequência ou não nesse nível educacional. Nele, estima-se que, uma vez que uma criança é aleatoriamente colocada em uma creche ou pré escola, ela apresenta uma redução em média de 1,2 anos de atraso escolar, além de registrar um aumento na proficiência de matemática de 0,47 desvios padrões, o que corresponde, segundo o autor, a três anos a mais de escolaridade em termos de aprendizagem. Portanto, a literatura internacional e brasileira estão consolidadas na indicação da educação infantil como um investimento de grande retorno individual.

III.II - Os impactos da educação infantil na sociedade

A educação infantil não apenas traz retornos individuais àqueles que a usufruem, mas também toda a sociedade, ou seja, apresentam externalidades positivas. O próprio desenvolvimento cognitivo, já demonstradamente afetado pela educação infantil, gera maior

produtividade do trabalhador (Barone e Werfhost, 2011), o que induz a maior crescimento do país, maior receita tributária e menor dependência de programas sociais (Zeidan, 2016).

Para além dos benefícios públicos ligados ao mercado, segundo Psacharopoulos (2014) e Joint Economic Committee (2000), ganhos educacionais básicos também levam à redução do crime, maior coesão social e até menor transmissão de doenças infecciosas. Da mesma forma, Oreopoulos e Salvanes (2011) encontram resultados empíricos nos Estados Unidos demonstrando que um aumento dos primeiros anos de estudo levam a um grande aumento de felicidade, que, no entanto, vai marginalmente se reduzindo.

Portanto, a literatura internacional também está consolidada em mostrar que os efeitos da frequência em creches e pré escolas induz um grande impacto social positivo. Portanto, é imperativo estudar se é possível obtermos mais creches apenas se votarmos mais em mulheres para Prefeitas. Como isso pode ser feito será o objetivo da próxima seção.

IV- Uma estratégia de mensuração do efeito de mulheres prefeitas sobre os outcomes educacionais

IV.I Metodologia

Nessa seção, será discutida a estratégia empírica utilizada para esse trabalho. Regressões para eleições, quando sem tratamento, sofrem do problema de possibilidade de endogeneidade por uma terceira variável a afetar a variável independente e a dependente. Isto significa que não é possível saber se a correlação aponta a causalidade de uma variável para outra, mas por efeito de uma terceira fora do modelo. Para a hipótese a ser testada [mulheres prefeitas constroem mais creches], a endogeneidade pode ocorrer devido à possibilidade de os eleitores votarem em mulheres quando querem mais creches.

Como dito anteriormente, os dados utilizados encontram-se em um painel, ou seja, observações de mesma unidade em diferentes períodos de tempo (Kennedy, 2008). Já a estratégia empírica para determinar a causalidade será o “sharp” Regression Discontinuity Design (doravante RDD). Segundo Petterson-Lidbom (2008), no “sharp” RDD, o tratamento é uma função determinística de uma variável contínua subjacente, ou seja:

$$D_i = D(x_i) = f[x_i > x_m]$$

Em que $f[.]$ é a função, x é a variável contínua e x_m é o “threshold” do tratamento separando as unidades (municípios) em dois grupos: aqueles que receberam o tratamento ($D=1$) e aqueles que não receberam ($D=0$). Com isso, é possível comparar os outcomes para as unidades que tiveram tratamento, mas com apenas uma pequena diferença entre a variável x e o threshold, e os que não tiveram, também por uma pequena diferença entre a variável x e o threshold. Assim, é recuperado o efeito causal de tratamento ao se explorar a regra de seleção baseada em uma descontinuidade em determinada variável observada.

Nesse trabalho, para tratar do problema de endogeneidade, serão comparados dois grupos de municípios: aqueles com mulheres eleitas prefeitas contra candidatos homens por uma pequena margem, com homens eleitos prefeitos contra candidatas mulheres por uma pequena margem. Desse modo a nossa variável que estabelece o ponto de corte com que haja uma

descontinuidade na variável de interesse na trajetória da variável de interesse é a eleição de uma prefeita mulher em uma eleição com margem estreita de vitória. Nesse trabalho, é considerada uma margem de 2,5%, depois uma margem de 1,75%, e, por fim, uma margem de 1% de vitória (esta última em maior acordo com a literatura).

O modelo estimado, portanto, é:

$$Y_i = B_0 + B_1 D_i + e_i$$

Onde D_i é uma dummy indicando o tratamento, que nesse caso ocorre se a margem de votos para a prefeita mulher é positiva no município e Y_i é o log do número de creches por crianças de 0 a 5 anos quatro anos depois.

Segundo Jacob et al. (2012), por ser uma abordagem não experimental, a estratégia de RDD deve atender a uma série de condições para que a estimação do impacto do tratamento seja não enviesada e com o rigor de um experimento aleatório. Estes são:

- (1) A variável de “rating” não pode ser causada ou influenciada pelo tratamento.
- (2) O ponto de corte deve ser exógeno à variável de “rating”, e a seleção daqueles estão no tratamento deve ser inteiramente baseada no “rating” do candidato e do ponto de corte.
- (3) Nada além do status de tratamento pode ser descontínuo no intervalo de análise.
- (4) A forma funcional representando a relação entre a variável de “rating” e o resultado, o qual está incluso no modelo de estimação e pode ser representado por $f(x_i)$, é contínuo ao longo do intervalo da análise.

Difícilmente é possível avaliar empiricamente a validade dessas premissas, Barbosa (2015) checa descontinuidades em variáveis correlacionadas segundo o Censo de 2000, tanto nos municípios onde mulheres ganharam, quanto nos em que elas perderam. Segundo seus resultados, não há diferença entre estes grupos nos indicadores selecionados, sugerindo que a amostra está balanceada.

IV.II – Dados

Como a estratégia de RDD necessita de uma grande variabilidade da amostra, é necessário que seu n seja suficientemente grande, o que pode vir a ser difícil de se obter quando se utilizam parâmetros de tamanha especificidade. Por isso, serão utilizados municípios em dois períodos eleitorais: 2004 e 2008, fim de se ter mais observações.

Segundo os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, 389 municípios atenderam aos parâmetros requeridos para o quasi-experimento em 2004 – isto é, uma mulher disputando contra um homem a prefeitura, em que um deles é vitorioso –, enquanto 421 atenderam a estes requisitos em 2008.

É importante ressaltar que, como a margem de vitória escolhida será pequena, esse n ainda não é totalmente adequado para a estratégia empregada. Esse trabalho empregará uma margem de vitória 1%, seguindo a literatura (Barbosa, 2015), com uma amostra de apenas 68 observações, o mesmo número de observações para uma margem de 0,75%.

As variáveis independentes serão o log das creches por crianças de 0 a 5 anos em 2012 e 2008, o que significa que o beta encontrado corresponde ao aumento percentual do número de creches por crianças de mulheres prefeitas em relação aos homens. Estes anos são os últimos dos mandatos dos prefeitos, e foram escolhidos devido à prolongada demora de construção de creches, em geral de dois anos e meio.

Por fim, será também checada não linearidade, que pode ser apontada graficamente. Para isso, serão introduzidas n novas variáveis da margem elevada a $n+1$ potência. Com isso, será possível apontar se há uma descontinuidade de uma tendência não linear.

IV.III – Resultados

Nesta seção, são descritos os resultados da Regression Discontinuity Design para determinar se há impacto de mulheres tendo vencido o pleito para a Prefeitura sobre o número de creches por crianças de 0 a 5 anos de idade. Este resultado está descrito na tabela 3, que é apresentada logo abaixo.

Tabela 3: Coeficientes, Erro Padrão e P-Valor da RDD, por margem de erro escolhida

Margem de Vitória	Coefficiente	Erro Padrão	p-Valor
2.50%	1.54	1.56	0.326
1.75%	2.02	1.85	0.278
1%	3.53	2.39	0.145
0.75%	4.67	2.54	0.118

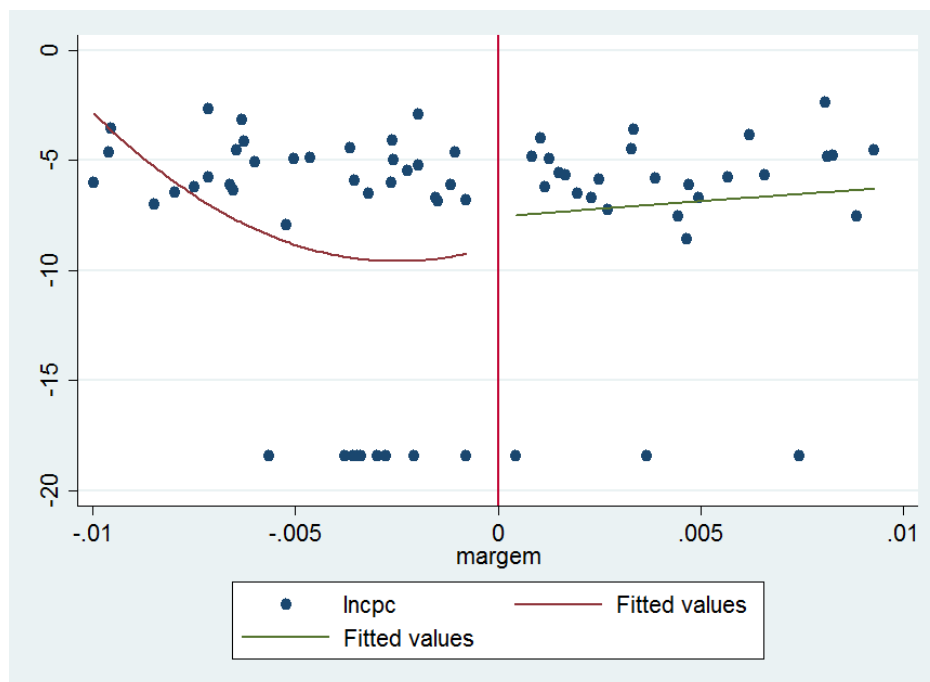
Fonte: TSE; INEP; Elaboração própria

Os resultados encontrados nas regressões foram positivos, porém, com um alto e crescente erro padrão, levando a um valor-p maior do que o possível para rejeitar a hipótese de igualdade de criação de creches por crianças entre ambos os sexos aos níveis de confiança usuais. Na regressão com uma margem de vitória de apenas 1%, a vitória das candidatas mulheres frente a homens leva a um aumento média de 3,52% do número de creches por crianças de 0 a 5 anos, no entanto, com um erro padrão de 2,4, pode se rejeitar a hipótese a um grau de confiança de apenas 85%.

No entanto, para uma margem de vitória ainda menor, de 0,75%, o coeficiente aumenta mais do que o erro padrão, levando a um p-valor de 0,118, muito próximo ao utilizado para se rejeitar a hipótese nula a um grau de confiança de 90%. Esse resultado sugere uma endogeneidade pouco intuitiva, com a população votando em candidatas mulheres esperando menos creches. Porém, para margens de vitória menores, o coeficiente começa a se reduzir e o erro padrão segue aumentando, provavelmente pela redução do número de observações.

Outra forma de apresentar os resultados é através da visualização gráfica, apresentada abaixo. A estratégia de RDD permite visualizar a existência ou não de descontinuidade no ponto de corte (vitória feminina no pleito municipal) sobre a variável de interesse no eixo y. Como é possível ver, não é claro se há descontinuidade no gráfico, indicando o que os resultados mostram.

Gráfico 15: Ln do Número de Creches por Crianças de 0 a 5 anos e Margem de Votos das Candidatas Mulheres contra Candidatos Homens nos anos de 2008 e 2012



Fonte: TSE; INEP; Elaboração própria

O Gráfico 15, porém, aponta para uma não linearidade da tendência, o que é testado subsequentemente. No entanto, ao adicionar no teste com uma margem de vitória de 1% uma variável da margem elevada à segunda potência, o coeficiente mantém-se praticamente idêntico, no entanto o p-valor sobe para 0,18. Ao adicionar mais variáveis elevadas a $n+1$ potências, cai o coeficiente e aumenta o p-valor, como aponta na Tabela 4.

Tabela 4: Resultados com adição das variáveis x elevado a n potências.

Última potência do x	Coefficiente	Erro Padrão	P-Valor
Primeira Potência	3,52	2,39	0,145
Segunda Potência	3,28	2,42	0,18
Terceira Potência	2,53	3,44	0,463
Quarta Potência	1,77	3,61	0,625

Fonte: TSE; INEP; Elaboração própria

Tal resultado vai de encontro com parte da literatura, como Jayachandran (2014), que aponta para uma sobrevalorização do papel masculino em países de renda baixa, o que pode explicar em parte a ausência de efeito de mulheres prefeitas sobre a escolha de políticas públicas. Já Barbosa (2015) levanta a hipótese da teoria do eleitor mediano, na qual políticos fariam

escolhas de alocação de recursos de acordo com as preferências de uma faixa mediana de seu eleitorado, ao invés de fazer políticas seguindo seus próprios valores.

A fraqueza dos resultados podem, ainda, estar associados a razões metodológicas, como a escolha do número de creches físicas como variável dependente (em oposição ao número de vagas em creches), assim como o baixo número de observações da amostra, ou sua inadequação para o estudo. Machado (2010) aponta que eleitores de cidades pobres em média dão mais valor à saúde do que a educação, por subestimação dos seus impactos futuros, o que explicaria a ausência de priorização da criação de creches para mulheres.

Conclusão

Neste trabalho, após analisar a trajetória das mulheres brasileiras na política e a importância da educação infantil para o desenvolvimento econômico e social, investiga se há algum impacto de mulheres prefeitas sobre a construção de creches, em relação aos homens. Foi feito ainda uma revisão da literatura sobre as discriminações de gênero no mercado de trabalho, mostrando que mulheres no Brasil têm salários menores em parte devido à discriminação.

Para testar a hipótese deste trabalho, foi utilizado o Regression Discontinuity Design (RDD), um desenho quasi-experimental, que permite analisar possíveis efeitos causais a partir de um ponto de corte próximo do qual as diferenças entre uma amostra e outra podem ser consideradas aleatórias, resolvendo o problema da endogeneidade. Nesta monografia, o ponto de corte foi a porcentagem de votos das candidatas mulheres, com uma margem de vitória de 2,5%, 1,75% e 1%. O log do número de creches por crianças quatro anos após assumir o mandato foi a variável escolhida para ser testada.

Não foi possível afirmar que há diferenças entre prefeitas mulheres e prefeitos homens quanto à construção de creches aos níveis usuais de confiança. A uma margem de 1% de vitória, foi observado um coeficiente de 3,5 pontos de log, porém com um p-valor de 0,145, pouco acima dos valores aceitáveis para rejeitar a hipótese nula de igualdade de comportamento entre homens e mulheres. Porém, com uma margem de 0,75% apenas, que conta com o mesmo número de observações da margem anterior, o coeficiente aumenta para 4,7 pontos, e o p-valor se reduz para 0,118, um valor muito próximo para os usuais em que se rejeita a hipótese nula.

A baixa conclusividade deste estudo pode ser explicada por alguns fatores. A Teoria do Eleitor Mediano é um potencial explicador, ao prever o comportamento dos políticos de acordo com as preferências da maioria dos eleitores, em detrimento das suas próprias. A alta preferência dos residentes de municípios de baixa renda por saúde, em detrimento da educação, também pode ser um motivo para o qual mulheres não se diferenciam em relação aos homens na provisão desse serviço público.

Ainda, este estudo se limita por analisar o efeito de mulheres prefeitas nas creches por crianças, sem tratar das vagas. Há também um número baixo de observações por abranger apenas duas eleições, de 2004 e 2008, o que potencialmente aumenta o desvio padrão, comprometendo a significância estatística do teste.

Portanto, apesar de pouco conclusivo, este trabalho está longe de esgotar as investigações acerca das diferentes escolhas públicas entre homens e mulheres na política no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALESINA, A.; GIULIANO, P.; BENHABIB, J., Preferences for Redistribution. **Handbook of Social Economics**. North Holland, p. 93-132. 2011

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S. M., Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. **Dossiê – Análises Quantitativas e Indicadores Sociais**. Vol. 18, p. 83-105. 2013

ANDREONI, J., VESTERLUND, L., Which is the Fair Sex? Gender Differences in Altruism. **The Quartely Journal of Economics**. Vol. 116, N°1, p. 293-312. 2001

ARAUJO, A.; CUNHA, F.; HECKMAN, J.; MOURA, R., A Educação Infantil e sua Importância na Redução da Violência. **Educação Básica no Brasil**. Ed. 1, Rio de Janeiro: Elsevier, Vol. 1, p. 95-116.

AUTOR, A. H., Lecture Note: The Economics of Dstrimination – Theory. **Massachussets Institute of Technology Files**. N° 14661. 2003

BARBOSA, M. C., The impact of mayor leadership on education: evidence from Brazil. **Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de Adminsitração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa – FGV**. 2015

BARONE, C.; VAN DE WERFHORST, H. G., Education, cognitive skills and earnings in comparative perspective. **International Sociology**. Vol. 26(4), p. 483-502. 2011

BECKER, G. S., Human Capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. **USA: University of Chicago**. 1975

BECKER, G. S. The Economics of Discrimination. **Chicago: The University of Chicago Press**. 2ª Edição. 1957

BELINSKI, S., GALIANI, S., GERTLER, P., The Effect of pre-primary education on primary school performance. **Journal of Public Economics**. Vol. 93, Nº 1, p. 219-234, 2009

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F., Feminismo e Política – Uma Introdução. **Boitempo Editorial**. 2014

BLANK. R. M., DABADY, M., CONSTANCE, F. C., Measuring racial discrimination. **National Academies Press**. 2004

BUARQUE, C.; VAINSENER, S. A., ONGS no Brasil: da filantropia ao feminismo. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, Vol. 18, Nº 1, p. 5-19. 2005

CACCIAMALI, M. C., et al., Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações na medição padrão? **Planejamento e Políticas Públicas**. Nº 33, pp. 195-222, jul./dez. 2009

CAMARA, H. F.; MEDEIROS, M. B. As duas faces dos Direitos Humanos: Dominação e Emancipação. **8º Encontro da ANDHEP – Políticas Públicas para a segurança pública e Direitos Humanos**. 2014

CAMPBELL, F.; CONTI, G., HECKMAN, J. J., et al. Early Childhood Investments substantially boost Adult Health. **Science (New York, NY)**. Vol. 343(6178), p. 1478-1485. 2014

CAMPOI, I. C. O livro “Direitos das mulheres e a injustiça dos homens” de Nísia da Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**. Vol. 30, Nº 2. 2011

CARVALHO, J. M., Cidadania no Brasil – o Longo Caminho. **Civilização Brasileira**. 2001

CROSON, R.; GNEEZY, U., Gender Differences in Preferences. **Journal of Economic Literature**. Vol. 47, Nº 2, p. 448-474. 2009

DOWNS, A., An Economic Theory of Political Action in a Democracy. **The Journal of Political Economy**. Vol. 65, N° 2. 1957

DUARTE, C. L. Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil. **Florianópolis: Editora Mulheres**. 2005

ECKEL, C. C.; GROSSMAN, P. J., Men, Women and Risk Aversion: Experimental Evidence. **Handbook of Experimental Economic Results**. ed. Plott Charles, Smith Vernon 1063-1078. Amsterdam: Elsevier. 2008

FERRANT, G., How Gender Inequality Hinder Development: Cross-Country Evidence. **Documents de travail du Centre d'Economie de la Sorbonne**. N° 11012. 2011.

GERTLER, P.; HECKMAN, J. J.; PINTO, R.; ZANOLINI, A.; VERMEERSCH, C.; WALKER, S.; CHANG, S. M.; GRANTHAM-MCGREGOR, S., Labor market returns to a early childhood stimulation intervention in Jamaica. **Science (New York, NY)**. Vol. 344(6187), p. 998-1001. 2014

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. M., Transformando a diferença: mulheres na política. **Revista de estudos feministas**. Vol. 9, N° 1. Florianópolis: Editora UFSC. 2001

HECKMAN, J. J.; CUNHA, F.; LOCHNER, L.; MASTEOV, D. V., Interpreting the evidence on life cycle skill formation. **NBER Working Paper Series**. N° 1331. 2005

JACOB, R.; ZHU, P.; SOMERS, M. A.; BLOOM, H., A Practical Guide to Regression Discontinuity. **MDRC**. 2012

JAYACHANDRAN, S., The Roots of Gender Inequality in Developing Countries. **Annual Review of Economics**. Vol. 7. 2014

KENNEDY, P., A Guide to Econometrics. **Wiley-Blackwell**. 6ª Edição. 2008

KLASEN, S. Does Gender Inequality reduce growth and development: evidence from cross-country regressions. **Policy Research Report on Gender and Development Working Papers Series**. Nº 7. Washington D.C.: World Bank. 1999

MACANA, E. C.; COMIM, F., TAI, S., Impactos da Creche na Primeira Infância: Efeito dependendo das características da família e do grau de exposição ao centro de cuidado. **ANPEC – Anais do XLII Encontro Nacional de Economia**. Associação Nacional dos Centros de Pós graduação em Economia. 2016

MACHADO, F. V. P., Poverty, Inequality and Citizens' Preferences for Social Spending: the case of Brazil. 2010

MUSCHKIN, C. G.; LADD, H. F.; DODGE, K. A., Impact of North Carolina's Early Childhood Initiatives on Special Education Placements in Third Grade. **Education Evaluation and Policy Analysis**. Vol. 37, Issue 4, p. 478-500. 2015

OREOPOULOS, P.; SALVANES, K. G., Priceless. The nonpecuniary Benefits on Schooling. **Journal of Economic Perspectives**. Vol. 25, Nº 1. 2011

PSACHAROPOULOS, G., Returns do Investment in Education: A Review and Further Update. **World Bank**. Washington, DC. Processed. 2014

PETTERSSON-LIDBOM, Do Parties Matter for Economic Outcomes? A Regression-Discontinuity Approach. **Journal of the European Approach**. MIT Press, vol. 6(5), p. 1037-1056. 2008

PINTO, C. R. J., Uma história do feminismo no Brasil. **São Paulo: Editora Perseu Abramo**. 2003

PINTO, C. S.; SANTOS, D.; SOUZA, A., Direct and Indirect Impacts of Pre-School on Student Proficiency. **Anais do XXXIII Encontro Brasileiro de Econometria**. 2011

PHILLIPS, A., The Politics of Presence. **Oxford**. 1998

SELTEN, R.; OCKENFELS, A., An experimental solidarity game. **Journal of Economic Behavior & Organization**. Vol. 34, Nº 4, p. 517-539. 1998

SOUZA, P. F. L.; SALVATO, M. A.; De França, J. M. S., Ser mulher e negro no Brasil ainda leva a menores salários? Uma análise de discriminação para Brasil e regiões: 2001 e 2011. **ANPEC – Anais do XXXIX Encontro Nacional de Economia**. Associação Nacional dos Centros de Pós graduação em Economia. 2013

STONE, A., Essentialism and Anti-Essentialism in Feminist Philosophy. **Journal of Moral Philosophy**. Vol. 1(2), p. 135-153. 2004

VILLAMÉA, L., Alzira Soriano, a primeira prefeita do Brasil. **Brasileiros: Coisas da História**. 2016